



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça Militar Estadual  
Resolução nº 76/2009

# Justiça Militar Estadual

**INDICADORES DO SISTEMA DE  
ESTATÍSTICAS DO PODER JUDICIÁRIO**

**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009****SUMÁRIO**

1. INDICADORES - Insumos, Dotações e Graus de Utilização .....	3
1.1 Recursos Financeiros .....	3
1.2 Recursos Humanos e Recursos Físicos .....	6
2. GLOSSÁRIO - Insumos, Dotações e Graus de Utilização .....	9
2.1 Recursos Financeiros .....	9
2.2 Recursos Humanos e Recursos Físicos .....	13
3. INDICADORES - <i>Litigiosidade</i> .....	16
3.1 Litigiosidade de 2º grau.....	16
3.2 Litigiosidade de 1º grau.....	19
4. GLOSSÁRIO - Litigiosidade .....	23
4.1 Litigiosidade de 2º grau.....	23
4.2 Litigiosidade de 1º grau.....	27
5. INDICADORES - Acesso à Justiça .....	33
6. GLOSSÁRIO - Acesso à Justiça .....	34
7. INDICADORES - Participação de Entes Públicos nas Demandas.....	35
7.1 Poder Público como Demandante.....	35
7.2 Poder Público como Demandado.....	35
8. GLOSSÁRIO - Participação de Entes Públicos nas Demandas .....	36
8.1 Poder Público como Demandante.....	36
8.2 Poder Público como Demandado.....	38
9. INDICADORES – Tabelas Processuais Unificadas .....	42
9.1 Casos Novos por Classe e Assunto no 2º grau.....	42
9.2 Casos Novos por Classe e Assunto no 1º grau.....	42
10. GLOSSÁRIO - Tabelas Processuais Unificadas.....	43
10.1 Casos Novos por Classe e Assunto no 2º grau.....	43
10.2 Casos Novos por Classe e Assunto no 1º grau.....	43



## **JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL**

### **INDICADORES DO SISTEMA DE ESTATÍSTICAS DO PODER JUDICIÁRIO**

#### **INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO**

#### **1. INDICADORES - Insumos, Dotações e Graus de Utilização**

##### **1.1 Recursos Financeiros**

###### **1.1.1 G<sub>1</sub> - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação ao PIB estadual produzido no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_1 = D_{pj} / PIB$$

###### **1.1.2 G<sub>2</sub> - Despesa Total da Justiça Militar em relação à Despesa Pública**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação à despesa pública total dos estados no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_2 = D_{pj} / GT$$

###### **1.1.3 G<sub>3</sub> - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_3 = DRH / D_{pj}$$

$$DRH = DRem + DBen + DEnc + DTer + DEst + Dip$$



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

**1.1.4 G<sub>4</sub> - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa realizada com bens e serviços e de capital representa em relação à despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_4 = DBS / Dpj$$

**1.1.5 G<sub>5</sub> - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa realizada com pessoal e encargos representa em relação à despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_5 = DPE / Dpj$$

**1.1.6 G<sub>5a</sub> - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa realizada com pessoal ativo e encargos representa em relação à despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_{5a} = DPEA / Dpj$$

**1.1.7 G<sub>5b</sub> - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa realizada com pessoal inativo e com instituidores de pensão representa em relação à despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_{5b} = DPeI / Dpj$$

**1.1.8 G<sub>6</sub> - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual**

**Finalidade:** Medir quanto a despesa realizada com custeio e capital, incluindo as atinentes a pessoal e a encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, representa em relação à despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_6 = DCCa / Dpj \quad DCCa = DCt + Dk$$



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

**1.1.9 G<sub>7</sub> - Despesa Total da Justiça Militar Estadual por Habitante**

**Finalidade:** Medir a despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias em relação à população do estado no ano-base.

$$\text{Fórmula: } G_7 = D_{pj} / h_1$$

**1.1.10 Inf<sub>1</sub> - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual**

**Finalidade:** Indicar o que a despesa com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) representa em relação à despesa total de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } Inf_1 = (DInf_1 + DInf_2 + DInf_3) / D_{pj}$$

**1.1.11 I<sub>1</sub> - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual**

**Finalidade:** Indicar o que o montante de arrecadação com custas e emolumentos pela Justiça Militar Estadual representa em relação à despesa total de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } I_1 = R / D_{pj}$$

**1.1.12 I<sub>5</sub> - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual**

**Finalidade:** Indicar o que o montante dos valores pagos aos jurisdicionados em decorrência da atividade da Justiça Militar Estadual representa em relação à despesa total de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } I_5 = VPag / D_{pj}$$

**1.1.13 I<sub>6</sub> - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual**

**Finalidade:** Indicar o que o montante dos valores dos depósitos judiciais da Justiça Militar Estadual no final do ano-base representa em relação à despesa total de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias.

$$\text{Fórmula: } I_6 = DepJud / D_{pj}$$



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça Militar Estadual  
Resolução nº 76/2009

## 1.2 Recursos Humanos e Recursos Físicos

### 1.2.1 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

**Finalidade:** Indicar o número de cargos de magistrado existentes, providos ou não, em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

$$\text{Fórmula: } \text{MagE} = \text{MagE}_{20} + \text{MagE}_{10}$$

### 1.2.2 Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho

**Finalidade:** Indicar o número de magistrados com atuação em cada Tribunal de Justiça Militar e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

$$\text{Fórmula: } \text{Mag} = \text{MagE}_{20} + \text{MagP}_{10} - \text{MagAJ}_{10}$$

### 1.2.3 TS - Total de Servidores: Força de Trabalho

**Finalidade:** Indicar o número de servidores em atividade em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

$$\text{Fórmula: } \text{TS} = \text{TPEfet} - \text{TPCed} + \text{TPReq} + \text{TFAux} + \text{TPSV}$$

### 1.2.4 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

**Finalidade:** Indicar o número total da força de trabalho incluindo magistrados e servidores em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

$$\text{Fórmula: } \text{FTT} = \text{Mag} + \text{TS}$$

### 1.2.5 $F_1$ - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 militares estaduais

**Finalidade:** Indicar o número de cargos de magistrado existentes, providos ou não, em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 militares do estado no ano-base.

$$\text{Fórmula: } F_1 = \text{MagE} / \text{me}_2$$



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

**1.2.6  $F_2$  – Magistrados por 100.000 militares estaduais**

**Finalidade:** Indicar o número de magistrados em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 militares do estado no ano-base.

$$\text{Fórmula: } F_2 = \text{Mag} / me_2$$

**1.2.7  $F_3$  - Força de Trabalho por 100.000 militares estaduais**

**Finalidade:** Indicar o quantitativo de força de trabalho total disponível em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 militares do estado no ano-base.

$$\text{Fórmula: } F_3 = TS / me_2$$

**1.2.8  $F_{4a}$  - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 militares estaduais**

**Finalidade:** Indicar o quantitativo de servidores do quadro efetivo em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 militares do estado, no ano-base.

$$\text{Fórmula: } F_{4a} = (TPEfet - TPCed) / me_2$$

**1.2.9  $F_{4b}$  - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 militares estaduais**

**Finalidade:** Indicar o quantitativo de força de trabalho auxiliar de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 militares do estado no ano-base.

$$\text{Fórmula: } F_{4b} = (TPSV + TPReq + TFAux) / me_2$$

**1.2.10  $F_{4c}$  - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 militares estaduais**

**Finalidade:** Indicar o quantitativo de cargos de provimento efetivo existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 militares do estado no ano-base.

$$\text{Fórmula: } F_{4c} = TCEfet / me_2$$



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça Militar Estadual  
Resolução nº 76/2009

**1.2.11  $F_{4d}$  - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes**

**Finalidade:** Indicar a proporção do número total de cargos em comissão e de funções comissionadas existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, em relação ao número total de cargos de provimento efetivo existentes, no ano-base.

$$\text{Fórmula: } F_{4d} = (TCC + TFC) / TCEfet$$

**1.2.12  $Inf_2$  - Número de Computadores por Usuário**

**Finalidade:** Indicar o número de equipamentos de informática (microcomputadores e *notebooks*) por usuário em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } Inf_2 = Comp / Ui$$

**1.2.13  $Dm^2$  - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)**

**Finalidade:** Indicar o número de metros quadrados de área útil em relação à área total existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } Dm^2 = m^2Util / m^2Total$$

**1.2.14  $Pm^2$  - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)**

**Finalidade:** Indicar o número total de força de trabalho em atividade (incluindo servidores efetivos, auxiliares e magistrados) em relação à área útil existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

$$\text{Fórmula: } Pm^2 = FTT / m^2Util$$

**1.2.15 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)**

**Finalidade:** Indicar a proporção, em metros lineares, do espaço utilizado com arquivamento de processos judiciais em relação ao espaço para arquivo disponível em cada um dos Tribunais Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias. Consideram-se os documentos acondicionados na posição vertical (caixas de papelão ou de plástico, pastas "A" a "Z" ou suspensas, etc.).

$$\text{Fórmula: } ProcML = MLUtilArq / MLDispArq$$





**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

## **2. GLOSSÁRIO - Insumos, Dotações e Graus de Utilização**

### **2.1 Recursos Financeiros**

- **DBen - Despesas com Benefícios:** As despesas efetivamente realizadas com benefícios, independentemente da nomenclatura adotada (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.  
Indicadores relacionados: G<sub>3</sub>
- **DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital:** As despesas com bens e serviços e de capital - incluídas as inscritas em “restos a pagar” -, realizadas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado, no ano-base. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores e as despesas que, embora relacionadas com bens e serviços e de capital, já foram consideradas no conceito de despesas com recursos humanos - DRH (contratos de terceirização de mão de obra e de estagiários, passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação).  
Indicadores relacionados: G<sub>4</sub>
- **DCCa - Despesa com Custeio e Capital:** As despesas efetivamente realizadas com custeio (DCt) e capital (Dk), abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos relativos a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.  
Indicadores relacionados: G<sub>6</sub>
- **DCt - Despesa com Custeio:** As despesas com custeio, abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos relativos a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.  
Indicadores relacionados: G<sub>6</sub>



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **DEnc - Despesas com Encargos:** As despesas efetivamente realizadas com encargos incidentes sobre a folha de pessoal, referentes a magistrados e servidores ativos, inclusive os servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.  
Indicadores relacionados: G<sub>3</sub>
- **DEst – Despesas com Estagiários:** As despesas efetivamente realizadas com estagiários, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades vinculadas no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.  
Indicadores relacionados: G<sub>3</sub>
- **DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais:** Saldo total de depósitos judiciais no final do ano-base, incluindo os depósitos dos executivos fiscais.  
Indicadores relacionados: I<sub>6</sub>
- **DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Militar Estadual:** As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, com aquisição de material, *software* (pronto) e *hardware* de informática na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, inclusive as empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.  
Indicadores relacionados: Inf<sub>1</sub>
- **DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Militar Estadual:** As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, com o custo de funcionamento e de manutenção da área de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), abrangendo as despesas com compras de suprimentos, despesas de pessoal com servidores do quadro efetivo e não efetivo, terceirizados, estagiários, diárias, deslocamentos, cursos de capacitação e treinamento, inclusive as empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.  
Indicadores relacionados: Inf<sub>1</sub>
- **DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Militar Estadual:** As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), inclusive as empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.  
Indicadores relacionados: Inf<sub>1</sub>
- **Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos:** As despesas efetivamente realizadas com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas com recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

treinamento e de capacitação), atinentes a magistrados e servidores ativos e a servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

Indicadores relacionados: G<sub>3</sub>

- **Dk - Despesa com Capital:** As despesas com capital pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

Indicadores relacionados: G<sub>6</sub>

- **DPE - Despesa com Pessoal e Encargos:** As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com todos servidores e magistrados do quadro permanente, ativos e inativos, e com instituidores de pensão e servidores requisitados; além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado no ano-base.

Indicadores relacionados: G<sub>5</sub>

- **DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo:** As despesas efetivamente realizadas no ano-base, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados ativos do quadro permanente, incluídos os servidores requisitados pela Justiça, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado no ano-base.

Indicadores relacionados: G<sub>5a</sub>

- **DPel - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo:** As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados inativos e com instituidores de pensão, além dos benefícios sociais (assistência médica e odontológica, plano de saúde, auxílio-saúde, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-creche). Excluem-se as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado no ano-base.

Indicadores relacionados: G<sub>5b</sub>

- **Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual:** As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.

Indicadores relacionados:  $G_1$ ,  $G_2$ ,  $G_3$ ,  $G_4$ ,  $G_5$ ,  $G_{5a}$ ,  $G_{5b}$ ,  $G_6$ ,  $G_7$ ,  $Inf_1$ ,  $I_1$ ,  $I_5$ ,  $I_6$

- **DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão:** As despesas efetivamente realizadas com remuneração, proventos e pensão, independentemente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais, adicionais, abonos, parcelas incorporadas, férias), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

Indicadores relacionados:  $G_3$

- **DRH - Despesa com Recursos Humanos:** As despesas efetivamente realizadas com recursos humanos, independentemente da nomenclatura adotada (remuneração, ajuda de custo, diárias, passagens e locomoções, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, assistência médica e odontológica, encargos, tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), estagiários e terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviços que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).

Indicadores relacionados:  $G_3$

- **DTer - Despesas com Terceirizados:** As despesas efetivamente realizadas com terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).

Indicadores relacionados:  $G_3$

- **GT - Gastos Totais:** Refere-se à Despesa Pública Total Estadual (Fonte: STN).

Indicadores relacionados:  $G_2$

- **$h_1$  - Número de Habitantes:** Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fonte: IBGE).

Indicadores relacionados:  $G_7$



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **PIB - Produto Interno Bruto:** Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos na região sob jurisdição do Tribunal Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias durante um período determinado (Fonte: IBGE).  
Indicadores relacionados:  $G_1$
- **R - Recolhimentos Diversos:** Todos os recolhimentos arrecadados pela Justiça Militar com custas (incluindo as da fase de execução) e emolumentos no ano-base e eventuais taxas.  
Indicadores relacionados:  $I_1$
- **VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados:** Total dos valores pagos aos demandantes em decorrência da atividade da Justiça Militar Estadual durante o ano-base, inclusive os decorrentes de Precatórios Judiciais e requisições de pequeno valor (RPV's). Excluem-se os valores atinentes aos executivos fiscais (estaduais e municipais) e aos recolhimentos previdenciários.  
Indicadores relacionados:  $I_5$

## **2.2 Recursos Humanos e Recursos Físicos**

- **Comp - Número de computadores de uso pessoal:** O número de microcomputadores e de notebooks, em condições de uso, existentes no Tribunal e em suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. Excluem-se os terminais de consulta.  
Indicadores relacionados:  $Inf_2$
- **m²Total - Área total em metros quadrados:** A área total de todos os prédios (próprios ou não) dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins, existente no final do ano-base.  
Indicadores relacionados:  $Dm^2$
- **m²Util - Área útil em metros quadrados:** A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.  
Indicadores relacionados:  $Dm^2$ ,  $Pm^2$
- **MagAJ<sub>1º</sub> - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau:** Número de Magistrados da Justiça Militar Estadual afastados da jurisdição de 1º grau durante todo o período-base (semestre), incluindo os convocados para outros órgãos.  
Indicadores relacionados: Mag





**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **MagE<sub>20</sub> - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau:** Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no final do período-base (semestre), providos ou não.  
Indicadores relacionados: MagE, Mag
- **MagE<sub>10</sub> - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau:** Número de cargos de Magistrado existentes, providos ou não, no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no final do ano-base. Incluem-se os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.  
Indicadores relacionados: MagE
- **MagP<sub>10</sub> - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau:** Número de Magistrados providos no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.  
Indicadores relacionados: Mag
- **me - Número de Militares Estaduais:** Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado (Fonte: Poder Executivo Estadual).
- **me<sub>2</sub> - Número de Militares Estaduais por 100.000:** Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado dividido por 100.000 (Fonte: Poder Executivo Estadual).  
Indicadores relacionados: F<sub>1</sub>, F<sub>2</sub>, F<sub>3</sub>, F<sub>4a</sub>, F<sub>4b</sub>, F<sub>4c</sub>
- **MLDispArq - Espaço disponível de arquivo em metros lineares:** espaço disponibilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas unidades vinculadas no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento x altura x largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m³ por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).  
Indicadores relacionados: ProcML
- **MLUtilArq - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares:** espaço utilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas unidades vinculadas no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento x altura x largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m³ por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).  
Indicadores relacionados: ProcML
- **TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes:** Número total de cargos em comissão existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.  
Indicadores relacionados: F<sub>4d</sub>



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes:** Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.  
Indicadores relacionados:  $F_{4c}$ ,  $F_{4d}$
- **TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar:** Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.  
Indicadores relacionados: TS,  $F_{4b}$
- **TFC - Total de Funções Comissionadas Existentes:** Número de funções comissionadas existentes, providas ou não, no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.  
Indicadores relacionados:  $F_{4d}$
- **TPCed - Total de Pessoal Cedido:** Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.  
Indicadores relacionados: TS,  $F_{4a}$
- **TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo:** Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.  
Indicadores relacionados: TS,  $F_{4a}$
- **TPReq - Total de Pessoal Requisitado:** Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.  
Indicadores relacionados: TS,  $F_{4b}$
- **TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo:** Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.  
Indicadores relacionados: TS,  $F_{4b}$
- **Ui - Usuários de computador:** Número total de magistrados, servidores do quadro permanente, terceirizados, estagiários e contratados que utilizam de forma contínua computadores e *notebooks* no Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.  
Indicadores relacionados:  $Inf_2$

**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009****LITIGIOSIDADE****3. INDICADORES - Litigiosidade****3.1 Litigiosidade de 2º grau****3.1.1 Mag<sub>2º</sub> - Total de Magistrados no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de magistrados com atuação no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no final período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{Mag}_{2^\circ} = \text{MagE}_{2^\circ}$$

**3.1.2 Cn<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{Cn}_{2^\circ} = \text{Cn}_{\text{Crim}2^\circ} + \text{Cn}_{\text{NCrim}2^\circ}$$

**3.1.3 Cp<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de casos pendentes no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no início do período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{Cp}_{2^\circ} = \text{Cp}_{\text{Crim}2^\circ} + \text{Cp}_{\text{NCrim}2^\circ}$$

**3.1.4 TBAix<sub>2º</sub> - Total de Processos Baixados no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de processos baixados no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{TBAix}_{2^\circ} = \text{TBAix}_{\text{Crim}2^\circ} + \text{TBAix}_{\text{NCrim}2^\circ}$$

**3.1.5 Dec<sub>2º</sub> - Total de Decisões que Põem Fim à Relação Processual no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } \text{Dec}_{2^\circ} = \text{Dec}_{\text{Crim}2^\circ} + \text{Dec}_{\text{NCrim}2^\circ}$$



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009****3.1.6 Ch<sub>2º</sub> - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça Militar Estadual para cada 100.000 militares do estado no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } Ch_{2^\circ} = Cn_{2^\circ} / me_2$$

**3.1.7 Cm<sub>2º</sub> - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 2º Grau, para cada magistrado dos Tribunais Militares Estaduais no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } Cm_{2^\circ} = Cn_{2^\circ} / Mag_{2^\circ}$$

**3.1.8 Cs<sub>2º</sub> - Casos Novos por Servidor no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados nos Tribunais Militares Estaduais, por servidor lotado na área judiciária dos Tribunais Militares Estaduais no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } Cs_{2^\circ} = Cn_{2^\circ} / SaJud_{2^\circ}$$

**3.1.9 K<sub>2º</sub> - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar a carga de trabalho dos Magistrados da Justiça Militar Estadual de 2º Grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } K_{2^\circ} = (Cn_{2^\circ} + Cp_{2^\circ} + RInt_{2^\circ} + RIntP_{2^\circ}) / Mag_{2^\circ}$$

**3.1.10 TC<sub>2º</sub> - Taxa de Congestionamento no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar a taxa de congestionamento no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } TC_{2^\circ} = 1 - (TBaix_{2^\circ} / (Cn_{2^\circ} + Cp_{2^\circ}))$$

**3.1.11 DTM<sub>2º</sub> - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar a média de decisões terminativas de processo por Magistrado de 2º Grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } DTM_{2^\circ} = Dec_{2^\circ} / Mag_{2^\circ}$$

**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009****3.1.12 ProcEI<sub>2º</sub> - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau**

**Finalidade:** Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 2º grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: ProcEI}_{2^{\circ}} = \text{Cn}_{\text{Elet}_{2^{\circ}}} / \text{Cn}_{2^{\circ}}$$

**3.1.13 Rx<sub>2º</sub> - Recorribilidade Externa de 2º grau**

**Finalidade:** Indicar o número de recursos endereçados aos Tribunais Militares Superiores em relação ao número de acórdãos publicados pelos Tribunais Militares Estaduais passíveis de recurso no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: Rx}_{2^{\circ}} = \text{RSup}_{2^{\circ}} / \text{APublic}_{2^{\circ}}$$

**3.1.14 RIn<sub>2º</sub> - Recorribilidade Interna de 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de recursos internos interpostos nos Tribunais Militares Estaduais em relação ao número de decisões passíveis de recurso interno no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: RIn}_{2^{\circ}} = \text{RInt}_{2^{\circ}} / \text{DeRInt}_{2^{\circ}}$$

**3.1.15 Rd<sub>2º</sub> - Reforma de Decisão no 2º Grau**

**Finalidade:** Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça Militar Estadual de 2º grau e providos pelo STJ e pelo STF, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça Militar Estadual de 2º grau, no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: Rd}_{2^{\circ}} = (\text{RpAl}_{2^{\circ}} + \text{RpEsp}_{2^{\circ}} + \text{RpExt}_{2^{\circ}}) / (\text{RjAl}_{2^{\circ}} + \text{RjEsp}_{2^{\circ}} + \text{RjExt}_{2^{\circ}})$$



SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual  
Resolução nº 76/2009

### 3.2 Litigiosidade de 1º grau

#### 3.2.1 CnC<sub>1º</sub> - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos de conhecimento que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } CnC_{1º} = CnC_{Crim1º} + CnC_{NCrim1º}$$

#### 3.2.2 CpC<sub>1º</sub> - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos pendentes de conhecimento da Justiça Militar Estadual de 1º Grau no início do período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } CpC_{1º} = CpC_{Crim1º} + CpC_{NCrim1º}$$

#### 3.2.3 TBaixC<sub>1º</sub> - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de processos de conhecimento baixados da Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } TBaixC_{1º} = TBaixC_{Crim1º} + TBaixC_{NCrim1º}$$

#### 3.2.4 SentC<sub>1º</sub> - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de sentenças de conhecimento da Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } SentC_{1º} = SentC_{Crim1º} + SentC_{NCrim1º}$$

#### 3.2.5 ExeJud<sub>1º</sub> - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos de execução de títulos judiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } ExeJud_{1º} = ExeJud_{Crim1º} + ExeJud_{NCrim1º}$$

#### 3.2.6 ExeJudP<sub>1º</sub> - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos judiciais no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no início do período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } ExeJudP_{1º} = ExeJudP_{Crim1º} + ExeJudP_{NCrim1º}$$



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

**3.2.7 T<sub>BaixEx</sub><sub>1º</sub> - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de processos de execução de títulos judiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } T_{BaixEx}_{1º} = T_{BaixEx}_{Crim1º} + T_{BaixEx}_{NCrim1º}$$

**3.2.8 Sent<sub>Ex</sub><sub>1º</sub> - Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de sentenças em execução de títulos judiciais no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no início do período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } Sent_{Ex}_{1º} = Sent_{Ex}_{Crim1º} + Sent_{Ex}_{NCrim1º}$$

**3.2.9 Mag<sub>1º</sub> - Total de Magistrados no 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de magistrados com atuação no 1º grau da Justiça Militar Estadual no final período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } Mag_{1º} = MagP_{1º} - MagAJ_{1º}$$

**3.2.10 Ch<sub>1º</sub> - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais no 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos na fase de conhecimento que ingressaram ou foram protocolizados no 1º grau da Justiça Militar Estadual para cada 100.000 militares do estado no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } Ch_{1º} = CnC_{1º} / me_2$$

**3.2.11 Cm<sub>1º</sub> - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau para cada cargo de magistrado de 1º grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } Cm_{1º} = CnC_{1º} / Mag_{1º}$$

**3.2.12 Cs<sub>1º</sub> - Casos Novos por Servidor no 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 1º grau da Justiça Militar Estadual para cada cargo de servidor provido e lotado na área judiciária do 1º grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } Cs_{1º} = CnC_{1º} / SaJud_{1º}$$

**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009****3.2.13 KC<sub>1º</sub> - Carga de Trabalho na Fase de Conhecimento de 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar a carga de trabalho na fase de conhecimento no 1º grau da Justiça Militar Estadual para cada magistrado de 1º grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } KC_{1º} = (CnC_{1º} + CpC_{1º} + RIntC_{1º} + RIntCP_{1º}) / Mag_{1º}$$

**3.2.14 KEx<sub>1º</sub> - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar a carga de trabalho na fase de execução da Justiça Militar Estadual de 1º grau para cada magistrado de 1º Grau no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } KEx_{1º} = (ExeJud_{1º} + ExeJudP_{1º} + IncEx_{1º} + IncExP_{1º}) / Mag_{1º}$$

**3.2.15 TCC<sub>1º</sub> - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar a taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } TCC_{1º} = 1 - (TBaixC_{1º} / (CnC_{1º} + CpC_{1º}))$$

**3.2.16 TCEx<sub>1º</sub> - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar a taxa de congestionamento na fase de execução do 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } TCEx_{1º} = 1 - (TBaixEx_{1º} / (ExeJud_{1º} + ExeJudP_{1º}))$$

**3.2.17 SMC<sub>1º</sub> - Sentenças por Magistrado na Fase de Conhecimento do 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar a média de sentenças por magistrado na fase de conhecimento do 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } SMC_{1º} = SentC_{1º} / Mag_{1º}$$

**3.2.18 SMEx<sub>1º</sub> - Sentenças por Magistrado na Fase de Execução do 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar a média de sentenças por Magistrado na fase de execução do 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: } SMEx_{1º} = SentEx_{1º} / Mag_{1º}$$

**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual  
Resolução nº 76/2009****3.2.19 ProcEI<sub>1º</sub> - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau**

**Finalidade:** Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 1º grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: ProcEI}_{1^\circ} = \text{Cn}_{\text{Elet}1^\circ} / \text{CnC}_{1^\circ}$$

**3.2.20 Rx<sub>1º</sub> - Recorribilidade Externa de 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de recursos endereçados aos Tribunais Militares Estaduais em relação ao número de decisões de 1º Grau passíveis de recurso externo no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: Rx}_{1^\circ} = \text{RSup}_{1^\circ} / \text{DeRExt}_{1^\circ}$$

**3.2.21 RIn<sub>1º</sub> - Recorribilidade Interna de 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar o número de recursos internos interpostos na Justiça Militar Estadual de 1º Grau em relação ao número de sentenças passíveis de recurso interno proferidas no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: RIn}_{1^\circ} = \text{RIntC}_{1^\circ} / \text{SeRInt}_{1^\circ}$$

**3.2.22 Rd<sub>1º</sub> - Reforma de Decisão no 1º Grau**

**Finalidade:** Indicar a promoção de recursos interpostos contra decisões da Justiça Militar Estadual de 1º Grau, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

$$\text{Fórmula: Rd}_{1^\circ} = (\text{RpAP}_{1^\circ} + \text{RpAI}_{1^\circ}) / (\text{RjAP}_{1^\circ} + \text{RjAI}_{1^\circ})$$



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

#### **4. GLOSSÁRIO - Litigiosidade**

##### **4.1 Litigiosidade de 2º grau**

- **APublic<sub>2º</sub> - Acórdãos Publicados no 2º Grau:** Os acórdãos em processos judiciais publicados pelos Tribunais Militares Estaduais passíveis de recurso para os Tribunais Superiores no período-base (semestre), excluídos os acórdãos proferidos em embargos de declaração.  
Indicadores relacionados: Rx<sub>2º</sub>
- **Cn<sub>Crim2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Criminais:** Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.  
Indicadores relacionados: Cn<sub>2º</sub>
- **Cn<sub>NCrim2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais:** Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.  
Indicadores relacionados: Cn<sub>2º</sub>
- **Cn<sub>Elet2º</sub> - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau:** Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que ingressaram na Justiça Militar Estadual de 2º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) Cn<sub>Crim2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Criminais e b) Cn<sub>NCrim2º</sub> - Casos novos no 2º Grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: ProcEl<sub>2º</sub>
- **Cp<sub>Crim2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau Criminais:** Saldo residual de processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração e infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias e de ordem e rogatórias recebidas, os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.  
Indicadores relacionados: Cp<sub>2º</sub>





SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça Militar Estadual  
Resolução nº 76/2009

- **Cp<sub>NCrim2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais:** Saldo residual de processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração e infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias e de ordem e rogatórias recebidas, precatórios judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV'S), os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.  
Indicadores relacionados: Cp<sub>2º</sub>
- **Dec<sub>Crim2º</sub> - Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau:** Todas as decisões criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>Crim2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Criminais.  
Indicadores relacionados: Dec<sub>2º</sub>
- **Dec<sub>NCrim2º</sub> - Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau:** Todas as decisões não-criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>NCrim2º</sub> - Casos novos no 2º grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: Dec<sub>2º</sub>
- **DeRInt<sub>2º</sub> - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau:** As decisões, colegiadas e monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça Militar Estadual de 2º Grau, das quais caiba recurso (embargos de declaração e infringentes, agravos regimentais, agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais) para o próprio Tribunal no período-base (semestre), incluídas as decisões proferidas nestes recursos. .  
Indicadores relacionados: RIn<sub>2º</sub>
- **me - Número de Militares Estaduais:** Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado (Fonte: Poder Executivo Estadual).
- **me<sub>2</sub> - Número de Militares Estaduais por 100.000:** Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado dividido por 100.000 (Fonte: Poder Executivo Estadual).  
Indicadores relacionados: Ch<sub>2º</sub>





**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **MagE<sub>2º</sub> - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau:** Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no final do período-base (semestre), providos ou não.  
Indicadores relacionados: Mag<sub>2º</sub>
- **RInt<sub>2º</sub> - Recursos Internos no 2º Grau:** Os recursos interpostos contra decisão no 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período base (semestre), abrangendo os embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.  
Indicadores relacionados: K<sub>2º</sub>, RIn<sub>2º</sub>
- **RIntP<sub>2º</sub> - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau:** Saldo residual de recursos interpostos até o final do período anterior ao período-base (semestre), contra decisão do 2º Grau, para julgamento no mesmo grau de jurisdição e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre), abrangendo embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.  
Indicadores relacionados: K<sub>2º</sub>
- **RjAl<sub>2º</sub> - Recursos de Agravos de Instrumento julgados pelo STJ:** Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos recursos de Agravos de Instrumento julgados pelo STJ no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>2º</sub>
- **RjEsp<sub>2º</sub> - Recursos Especiais julgados pelo STJ:** Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos Recursos Especiais julgados pelo STJ, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>2º</sub>
- **RjExt<sub>2º</sub> - Recursos Extraordinários julgados pelo STF:** Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos Recursos Extraordinários julgados pelo STF, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>2º</sub>
- **RpAl<sub>2º</sub> - Recursos das decisões de 2º Grau providos pelo STJ em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente):** Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos recursos de Agravos de Instrumento julgados providos pelo STJ, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>2º</sub>
- **RpEsp<sub>2º</sub> - Recursos das decisões de 2º Grau providos pelo STJ em Recurso Especial (ainda que parcialmente):** Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos Recursos Especiais julgados providos pelo STJ, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>2º</sub>



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **RpExt<sub>2º</sub> - Recursos das decisões de 2º Grau providos pelo STF em Recurso Extraordinário (ainda que parcialmente):** Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos Recursos Extraordinários julgados providos pelo STF, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>2º</sub>

- **RSup<sub>2º</sub> - Recursos à Instância Superior no 2º Grau:** Os recursos interpostos de acórdãos em processos judiciais dos Tribunais Militares Estaduais e endereçados aos Tribunais Superiores no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rx<sub>2º</sub>

- **SaJud<sub>2º</sub> - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau:** Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça Militar Estadual, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

Considera-se área judiciária os setores que impulsionam diretamente a tramitação do processo judicial, tais como: protocolo judicial, distribuição, gabinetes, contadoria, precatórios, secretarias judiciárias, centrais de mandados, taquigrafias, estenotipia, setores de processamentos de autos, hastas públicas, perícia (contábil, médica, de serviço social e de psicologia), central de conciliação, setores de admissibilidade de recursos, arquivo.

Indicadores relacionados: Cs<sub>2º</sub>

- **TBaix<sub>Crim2º</sub> - Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais:** Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça Militar Estadual de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>Crim2º</sub> - Casos novos no 2º grau criminais.  
Indicadores relacionados: TBaix<sub>2º</sub>

- **TBaix<sub>NCrim2º</sub> - Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais:** Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça Militar Estadual de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>NCrim2º</sub> - Casos novos no 2º grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: TBaix<sub>2º</sub>



## SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual

Resolução nº 76/2009

**4.2 Litigiosidade de 1º grau**

- **CnC<sub>Crim1º</sub> - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais:** Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.  
Indicadores relacionados: CnC<sub>1º</sub>
- **CnC<sub>NCrim1º</sub> - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais:** Os processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução de título judicial, as impugnações aos cálculos e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.  
Indicadores relacionados: CnC<sub>1º</sub>
- **Cn<sub>Elet1º</sub> - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau:** Os processos eletrônicos que ingressaram na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnC<sub>Crim1º</sub> - Casos novos de conhecimento no 1º grau criminais; b) CnC<sub>NCrim1º</sub> - Casos novos de conhecimento no 1º grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: ProcE<sub>1º</sub>
- **CpC<sub>Crim1º</sub> - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais:** Saldo residual de processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.  
Indicadores relacionados: CpC<sub>1º</sub>
- **CpC<sub>NCrim1º</sub> - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais:** Saldo residual de processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução de título judicial, as impugnações aos cálculos e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.  
Indicadores relacionados: CpC<sub>1º</sub>



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **DeRExt<sub>1º</sub> - Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo:** Todas as sentenças e as decisões interlocutórias proferidas no período-base (semestre) passíveis de recurso para os Tribunais de 2º Grau, excluídas as referentes a embargos de declaração.  
Indicadores relacionados: Rx<sub>1º</sub>
- **ExeJud<sub>Crim1º</sub> - Execuções Penais no 1º Grau:** Os processos de execução penal iniciados no 1º grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: ExeJud<sub>1º</sub>
- **ExeJud<sub>NCrim1º</sub> - Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais:** Os processos de execução de título judicial ou de cumprimento de sentença iniciados no 1º grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), bem como as execuções penais.  
Indicadores relacionados: ExeJud<sub>1º</sub>
- **ExeJudP<sub>Crim1º</sub> - Execuções Penais Pendentes no 1º Grau:** Saldo residual de processos de execução penal iniciados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: ExeJudP<sub>1º</sub>
- **ExeJudP<sub>NCrim1º</sub> - Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais:** Saldo residual de processos de execução de título judicial ou cumprimento de sentença iniciados no 1º grau da Justiça Militar Estadual até o final do período anterior ao período-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), bem como as execuções penais.  
Indicadores relacionados: ExeJudP<sub>1º</sub>
- **IncEx<sub>1º</sub> - Incidentes em Execução no 1º Grau, exceto em execuções penais:** Os embargos à execução de títulos judiciais e as impugnações ao cumprimento de sentença opostos na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções penais.  
Indicadores relacionados: KEx<sub>1º</sub>
- **IncExP<sub>1º</sub> - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções penais:** Saldo residual dos embargos à execução de títulos judiciais e das impugnações ao cumprimento de sentença opostos na Justiça Militar Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções penais.  
Indicadores relacionados: KEx<sub>1º</sub>

**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **MagAJ<sub>1º</sub> - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau:** Número de Magistrados da Justiça Militar Estadual afastados da jurisdição de 1º grau durante todo o período-base (semestre), incluindo os convocados para outros órgãos.  
Indicadores relacionados: Mag<sub>1º</sub>
- **MagP<sub>1º</sub> - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau:** Número de Magistrados providos no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.  
Indicadores relacionados: Mag<sub>1º</sub>
- **me - Número de Militares Estaduais:** Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado (Fonte: Poder Executivo Estadual).
- **me<sub>2</sub> - Número de Militares Estaduais por 100.000:** Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado dividido por 100.000 (Fonte: Poder Executivo Estadual).  
Indicadores relacionados: Ch<sub>1º</sub>
- **RIntC<sub>1º</sub> - Recursos Internos em Processos de Conhecimento no 1º Grau:** Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: KC<sub>1º</sub>.RIn<sub>1º</sub>
- **RIntCP<sub>1º</sub> - Recursos Internos Pendentes em Processos de Conhecimento no 1º Grau:** Saldo residual de embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: KC<sub>1º</sub>
- **RjAl<sub>1º</sub> - Recursos de Agravos de Instrumento Julgados pelos Tribunais Militares Estaduais:** O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo Tribunais Militares Estaduais em autos de recursos de agravos de instrumento, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>1º</sub>
- **RjAP<sub>1º</sub> - Recursos de Apelações Julgados pelos Tribunais Militares Estaduais:** Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos recursos de apelações julgados pelos Tribunais Militares Estaduais, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>1º</sub>
- **RpAl<sub>1º</sub> - Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Militares Estaduais em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente):** Os acórdãos e decisões monocráticas em autos de recursos de agravos de instrumento julgados providos pelo Tribunais Militares Estaduais, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>1º</sub>



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **RpAP<sub>1º</sub> - Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Militares Estaduais em Recurso de Apelação (ainda que parcialmente):** Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos Recursos de Apelações julgados providos pelos Tribunais Militares Estaduais, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rd<sub>1º</sub>
- **RSup<sub>1º</sub> - Recursos à Instância Superior no 1º Grau:** Todos os recursos voluntários interpostos de decisões judiciais do 1º Grau, endereçadas aos Tribunais de 2º Grau no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: Rx<sub>1º</sub>
- **SaJud<sub>1º</sub> - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 1º Grau:** Número total de servidores lotados na área judiciária, que atuam exclusivamente no 1º grau da Justiça Militar Estadual, e que estão em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.  
  
Considera-se área judiciária os setores que impulsionam diretamente a tramitação do processo judicial, tais como: protocolo judicial, distribuição, gabinetes, contadoria, precatórios, secretarias judiciárias, centrais de mandados, taquigrafias, estenotipia, setores de processamentos de autos, hastas públicas, perícia (contábil, médica, de serviço social e de psicologia), central de conciliação, setores de admissibilidade de recursos, arquivo.  
Indicadores relacionados: Cs<sub>1º</sub>
- **SentC<sub>Crim1º</sub> - Sentenças de Conhecimento Criminais no 1º grau:** Todas as sentenças criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnC<sub>Crim1º</sub> - Casos novos de conhecimento no 1º Grau criminais.  
Indicadores relacionados: SentC<sub>1º</sub>
- **SentC<sub>NCrim1º</sub> - Sentenças de Conhecimento Não-Criminais no 1º grau:** Todas as sentenças não-criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnC<sub>NCrim1º</sub> - Casos novos de conhecimento no 1º grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: SentC<sub>1º</sub>
- **SentEx<sub>Crim1º</sub> - Sentenças em Execução Penal no 1º grau:** Todas as sentenças em execução penal proferidas no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud<sub>Crim1º</sub> - Execuções Penais no 1º Grau.  
Indicadores relacionados: SentEx<sub>1º</sub>



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **SentEx<sub>NCrim1º</sub> - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto em Execução Penal:** Todas as sentenças em execução judicial proferidas no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre). Excluem-se as sentenças proferidas em execuções penais. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud<sub>NCrim1º</sub> - Execuções judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais.  
Indicadores relacionados: SentEx<sub>1º</sub>
- **SeRInt<sub>1º</sub> - Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno:** As decisões que põem fim à relação processual na fase de conhecimento no 1º Grau, com ou sem a análise do mérito, incluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, no período-base (semestre).  
Indicadores relacionados: RIn<sub>1º</sub>
- **TBaixC<sub>Crim1º</sub> - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais:** Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC<sub>Crim1º</sub> - Casos novos de conhecimento no 1º grau criminais.  
Indicadores relacionados: TBaixC<sub>1º</sub>
- **TBaixC<sub>NCrim1º</sub> - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais:** Os processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC<sub>NCrim1º</sub> - Casos novos de conhecimento no 1º grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: TBaixC<sub>1º</sub>



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **TBaixEx<sub>Crim1º</sub> - Total de Processos Baixados de Execução Penal no 1º Grau:**  
Os processos de execução penal que foram baixados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud<sub>Crim1º</sub> - Execuções penais no 1º Grau.  
Indicadores relacionados: TBaixEx<sub>1º</sub>
- **TBaixEx<sub>NCrim1º</sub> - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais:** Os processos de execução de títulos judiciais (exceto execução penal), que foram baixados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud<sub>NCrim1º</sub> - Execuções judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais.  
Indicadores relacionados: TBaixEx<sub>1º</sub>





**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

**ACESSO À JUSTIÇA**

**5. INDICADORES - Acesso à Justiça**

**5.1 A<sub>1</sub> - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual**

**Finalidade:** Indicar o que o gasto com assistência judiciária representa em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual no ano-base.

$$\text{Fórmula: } A_1 = JG / D_{pj}$$

**5.2 A<sub>2</sub> - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 militares estaduais**

**Finalidade:** Indicar qual a despesa da Justiça Militar Estadual com assistência judiciária para cada 100.000 militares do estado no ano-base.

$$\text{Fórmula: } A_2 = JG / me_2$$

**5.3 Dem - Demandantes**

**Finalidade:** Demonstrar o quantitativo de demandantes que tiveram acesso à Justiça Militar Estadual no ano-base.

$$\text{Fórmula: } Dem = Demandantes$$



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

## **6. GLOSSÁRIO - Acesso à Justiça**

- **Dem - Pessoas Demandantes:** O número de pessoas que ingressaram com alguma ação judicial na Justiça Militar Estadual, no ano-base, considerando como partes demandantes (autores) pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado não governamental. Nos Tribunais de Justiça e nas Turmas Recursais, devem ser incluídos apenas os demandantes de ações originárias.  
Indicadores relacionados: Dem
- **Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual:** As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.  
Indicadores relacionados: A<sub>1</sub>
- **me - Número de Militares Estaduais:** Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado (Fonte: Poder Executivo Estadual).
- **me<sub>2</sub> - Número de Militares Estaduais por 100.000:** Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado dividido por 100.000 (Fonte: Poder Executivo Estadual).  
Indicadores relacionados: A<sub>2</sub>
- **JG - Assistência Judiciária Gratuita:** As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.  
Indicadores relacionados: A<sub>1</sub>, A<sub>2</sub>



## PARTICIPAÇÃO DE ENTES PÚBLICOS NAS DEMANDAS

### 7. INDICADORES - Participação de Entes Públicos nas Demandas

#### 7.1 Poder Público como Demandante

##### 7.1.1 DGovP<sub>2º</sub> - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

**Finalidade:** Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça Militar Estadual de 2º Grau no ano-base.

**Fórmula:**  $DGovP_{2º} = CnPF_{2º} + CnPE_{2º} + CnPM_{2º} + CpPF_{2º} + CpPE_{2º} + CpPM_{2º}$

##### 7.1.2 DGovP<sub>1º</sub> - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

**Finalidade:** Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça Militar Estadual de 1º Grau no ano-base.

**Fórmula:**  $DGovP_{1º} = CnPF_{1º} + CnPE_{1º} + CnPM_{1º} + CpPF_{1º} + CpPE_{1º} + CpPM_{1º}$

#### 7.2 Poder Público como Demandado

##### 7.2.1 DGovC<sub>2º</sub> - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

**Finalidade:** Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça Militar Estadual de 2º Grau no ano-base.

**Fórmula:**  $DGovC_{2º} = CnCF_{2º} + CnCE_{2º} + CnCM_{2º} + CpCF_{2º} + CpCE_{2º} + CpCM_{2º}$

##### 7.2.2 DGovC<sub>1º</sub> - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

**Finalidade:** Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça Militar Estadual de 1º Grau no ano-base.

**Fórmula:**  $DGovC_{1º} = CnCF_{1º} + CnCE_{1º} + CnCM_{1º} + CpCF_{1º} + CpCE_{1º} + CpCM_{1º}$



SIESPJ – *Justiça em Números* – Justiça Militar Estadual  
Resolução nº 76/2009

## 8. GLOSSÁRIO - Participação de Entes Públicos nas Demandas

### 8.1 Poder Público como Demandante

- **CnPF<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>NCrim2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>2º</sub>
- **CnPE<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>NCrim2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>2º</sub>
- **CnPM<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>NCrim2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>2º</sub>
- **CpPF<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Saldo residual de processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cp<sub>NCrim2º</sub> - Casos pendentes no 2º Grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>2º</sub>



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **CpPE<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Saldo residual de processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cp<sub>NCrim2º</sub> - Casos pendentes no 2º grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>2º</sub>
- **CpPM<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Saldo residual de processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cp<sub>NCrim2º</sub> - Casos pendentes no 2º grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>2º</sub>
- **CnPF<sub>1º</sub> - Casos Novos no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Os processos propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>NCrim1º</sub> - Casos novos de conhecimento no 1º Grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>1º</sub>
- **CnPE<sub>1º</sub> - Casos Novos no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Os processos propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>NCrim1º</sub> - Casos novos de conhecimento no 1º Grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>1º</sub>
- **CnPM<sub>1º</sub> - Casos Novos no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Os processos propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>NCrim1º</sub> - Casos novos de conhecimento no 1º grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>1º</sub>



## SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual

Resolução nº 76/2009

- **CpPF<sub>1º</sub> - Casos Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Saldo residual de processos propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CpC<sub>NCrim1º</sub> - Casos pendentes de conhecimento no 1º Grau não-criminais; b) ExeJudP<sub>NCrim1º</sub> - Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>1º</sub>
- **CpPE<sub>1º</sub> - Casos Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Saldo residual de processos propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CpC<sub>NCrim1º</sub> - Casos pendentes de conhecimento no 1º Grau não-criminais; b) ExeJudP<sub>NCrim1º</sub> - Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>1º</sub>
- **CpPM<sub>1º</sub> - Casos Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Saldo residual de processos propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Municipais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CpC<sub>NCrim1º</sub> - Casos pendentes de conhecimento no 1º Grau não-criminais; b) ExeJudP<sub>NCrim1º</sub> - Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais.  
Indicadores relacionados: DGovP<sub>1º</sub>

## 8.2 Poder Público como Demandado

- **CnCF<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>NCrim2º</sub> - Casos novos no 2º grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>2º</sub>



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **CnCE<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>NCrim2º</sub> - Casos novos no 2º grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>2º</sub>
- **CnCM<sub>2º</sub> - Casos Novos no 2º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn<sub>NCrim2º</sub> - Casos novos no 2º grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>2º</sub>
- **CpCF<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Saldo residual de processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cp<sub>NCrim2º</sub> - Casos pendentes no 2º grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>2º</sub>
- **CpCE<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Saldo residual de processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cp<sub>NCrim2º</sub> - Casos pendentes no 2º grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>2º</sub>
- **CpCM<sub>2º</sub> - Casos Pendentes no 2º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Saldo residual de processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, propostos contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cp<sub>NCrim2º</sub> - Casos pendentes no 2º grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>2º</sub>





**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **CnCF<sub>1º</sub> - Casos Novos no 1º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Os processos propostos contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável: a) CnC<sub>NCrim1º</sub> - Casos novos de conhecimento no 1º Grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>1º</sub>
- **CnCE<sub>1º</sub> - Casos Novos no 1º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Os processos propostos contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável: a) CnC<sub>NCrim1º</sub> - Casos novos de conhecimento no 1º Grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>1º</sub>
- **CnCM<sub>1º</sub> - Casos Novos no 1º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Os processos propostos contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável: a) a) CnC<sub>NCrim1º</sub> - Casos novos de conhecimento no 1º Grau não-criminais.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>1º</sub>
- **CpCF<sub>1º</sub> - Casos Pendentes no 1º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais:** Saldo residual de processos propostos contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CpC<sub>NCrim1º</sub> - Casos pendentes de conhecimento no 1º Grau não-criminais; b) ExeJudP<sub>NCrim1º</sub> - Execuções judiciais pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>1º</sub>
- **CpCE<sub>1º</sub> - Casos Pendentes no 1º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais:** Saldo residual de processos propostos contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CpC<sub>NCrim1º</sub> - Casos pendentes de conhecimento no 1º Grau não-criminais; b) ExeJudP<sub>NCrim1º</sub> - Execuções judiciais pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais.  
Indicadores relacionados: DGovC<sub>1º</sub>





**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **CpCM<sub>1º</sub> - Casos Pendentes no 1º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais:** Saldo residual de processos propostos contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Municipais, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao ano-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao ano-base. Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CpC<sub>NCrim1º</sub> - Casos pendentes de conhecimento no 1º Grau não-criminais; b) ExeJudP<sub>NCrim1º</sub> - Execuções judiciais pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais. Indicadores relacionados: DGovC<sub>1º</sub>



## TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

### 9. INDICADORES – Tabelas Processuais Unificadas

#### 9.1 Casos Novos por Classe e Assunto no 2º grau

##### 9.1.1 CnClasse<sub>2º</sub> - Casos Novos por Classe Processual no 2º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça Militar Estadual, em cada uma das classes dispostas na Tabela Processual Unificada no período-base.

##### 9.1.2 CnAssunto<sub>2º</sub> - Casos Novos por Assunto no 2º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça Militar Estadual, em cada uma dos assuntos dispostos na Tabela Processual Unificada no período-base.

#### 9.2 Casos Novos por Classe e Assunto no 1º grau

##### 9.2.1 CnClasse<sub>1º</sub> - Casos Novos por Classe Processual no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau da Justiça Militar Estadual, em cada uma das classes dispostas na Tabela Processual Unificada no período-base.

##### 9.2.2 CnAssunto<sub>1º</sub> - Casos Novos por Assunto no 1º Grau

**Finalidade:** Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau da Justiça Militar Estadual, em cada uma dos assuntos dispostos na Tabela Processual Unificada no período-base.

**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009****10. GLOSSÁRIO - Tabelas Processuais Unificadas****10.1 Casos Novos por Classe e Assunto no 2º grau**

- **CnClasse<sub>2º</sub> - Casos Novos por Classe Processual no 2º Grau:** O número total de processos, por classe, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau no período-base. Consideram-se todas as classes processuais existentes na Tabela Processual Unificada, que foi criada pela Resolução nº 46/2009 do Conselho Nacional de Justiça. A tabela, com os respectivos campos de preenchimento, estará disponível no sistema de coleta de dados por meio de *upload*. Consultas adicionais sobre a abrangência e o glossário de cada uma das classes podem ser feitas por intermédio da *Consulta Pública* disponibilizada no site do CNJ, em:

[http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta\\_publica\\_classes.php](http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_classes.php)

Indicadores relacionados: CnClasse<sub>2º</sub>

- **CnAssunto<sub>2º</sub> - Casos Novos por Assunto no 2º Grau:** o número total de processos, por assunto, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau no período-base. Havendo mais de um assunto em um mesmo processo, todos devem ser contados. Consideram-se todos os assuntos existentes na Tabela Processual Unificada, que foi criada pela Resolução nº 46/2009 do Conselho Nacional de Justiça. A tabela, com os respectivos campos de preenchimento, estará disponível no sistema de coleta de dados por meio de *upload*. Consultas adicionais sobre abrangência e glossário de cada um dos assuntos podem ser feitas por intermédio da *Consulta Pública* disponibilizada no site do CNJ, em:

[http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta\\_publica\\_assuntos.php](http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php)

Indicadores relacionados: CnAssunto<sub>2º</sub>

**10.2 Casos Novos por Classe e Assunto no 1º grau**

- **CnClasse<sub>1º</sub> - Casos Novos por Classe Processual no 1º Grau:** O número total de processos, por classe, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base. Consideram-se todas as classes processuais existentes na Tabela Processual Unificada, que foi criada pela Resolução nº 46/2009 do Conselho Nacional de Justiça. A tabela, com os respectivos campos de preenchimento, estará disponível no sistema de coleta de dados por meio de *upload*. Consultas adicionais sobre a abrangência e o glossário de cada uma das classes podem ser feitas por intermédio da *Consulta Pública* disponibilizada no site do CNJ, em:

[http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta\\_publica\\_classes.php](http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_classes.php)

Indicadores relacionados: CnClasse<sub>1º</sub>



**SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Militar Estadual**  
**Resolução nº 76/2009**

- **CnAssunto<sub>1º</sub> - Casos Novos por Assunto no 1º Grau:** O número total de processos, por assunto, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base. Havendo mais de um assunto em um mesmo processo, todos devem ser contados. Consideram-se todos os assuntos existentes na Tabela Processual Unificada, que foi criada pela Resolução nº 46/2009 do Conselho Nacional de Justiça. A tabela, com os respectivos campos de preenchimento, estará disponível no sistema de coleta de dados por meio de *upload*. Consultas adicionais sobre abrangência e glossário de cada um dos assuntos podem ser feitas por intermédio da *Consulta Pública* disponibilizada no site do CNJ, em:  
[http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta\\_publica\\_assuntos.php](http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php)  
Indicadores relacionados: CnAssunto<sub>1º</sub>